

Visão do Direito



Sueny Almeida

Advogada especialista em direito tributário, escritório Veloso de Melo

Reforma da renda: o que de fato muda no IRPF

A Reforma Tributária brasileira está avançando para além dos tributos sobre o consumo. Em 2025, o governo federal deu início reforma da renda, formalizada no Projeto de Lei 1087/2025, atualmente, apenas aguardando a sanção presidencial.

O objetivo central é corrigir distorções históricas do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), tornando a tributação mais justa e coerente com a capacidade contributiva de cada cidadão.

Em termos práticos, o projeto não reescreve a tabela do IRPF, mas altera o cálculo do imposto para a base e para o topo da distribuição, combinando um redutor para rendas menores com uma alíquota efetiva mínima para rendas muito elevadas. A promessa política é aliviar quem ganha menos e exigir mais de quem ganha muito, mas a execução envolve escolhas técnicas relevantes.

O desenho parte de duas frentes. A primeira é a redução do IR para quem recebe até R\$ 5.000/mês, por meio de um redutor aplicado sobre o imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual. A tabela progressiva permanece, mas o redutor zera o imposto até esse patamar e vai se esvaindo conforme a renda mensal se afasta de R\$ 5.000 deixando

de ter efeito prático por volta de R\$ 7.350.

A segunda frente é a criação de uma tributação mínima para altas rendas de pessoas físicas. A lógica é fechar a porta para situações em que a alíquota efetiva no topo fique inferior à de faixas médias por combinação de rendas pouco ou nada tributadas. O projeto, portanto, reafirma a progressividade por duas vias: alívio na base e um piso de contribuição no topo.

O PL também incrementa o desconto simplificado na declaração de ajuste anual, o que, para perfis de declaração mais simples, tende a ampliar o efeito de alívio no fechamento do ano-calendário.

O termo “neutralidade” percorre todo o debate: se há renúncia de receita com o redutor, é preciso compensação com a tributação mínima para que as contas públicas não sofram. Aprovar somente o alívio tornaria a equação fiscal desequilibrada; aprovar o pacote como um todo é o que dá coerência à engenharia. Para empresas e contribuintes, a mensagem prática é clara: os efeitos devem ser lidos conjuntamente.

O ponto mais sensível de curto prazo está nos lucros de 2025. O projeto desenha uma regra de transição: lucros apurados em 2025 podem ter tratamento diferenciado se a distribuição for aprovada até 31/12/2025 por ato societário válido e programada para

pagamento ao longo de 2026 a 2028, observadas as formalidades cabíveis.

Na prática, o contribuinte que deseja se beneficiar da transição deve documentar a decisão societária (assembleia/reunião/ata, conforme o tipo societário e o contrato/estatuto), fixar o cronograma e cumpri-lo. Para remessas ao exterior, é prudente organizar dossiê (atos, balanço, memórias de cálculo) para mitigar exigências bancárias.

A base da tributação mínima é um conjunto legalmente definido de rendimentos. Alguns itens ficam fora, por exemplo: poupança, certos títulos isentos/alíquota zero, indenizações por acidente e danos — ressaltados lucros cessantes, e há tratamento específico para os lucros de 2025 quando obedecida a transição.

Atenção às doações: a exclusão destacada pelo projeto alcança adiantamento de legítima/herança; outras modalidades tendem a integrar a base da renda mínima, exigindo cautela em planejamentos patrimoniais.

Efeitos práticos para pessoas físicas e empresas:

O IRRF de quem recebe até R\$ 5.000 tende a ir a zero com o redutor; acima disso, o efeito decresce e desaparece próximo a R\$ 7.350. Departamentos de pessoal devem parametrizar o cálculo a partir de 2026.

Pró-labore x dividendos: o pró-labore segue a tabela; dividendos passam a interagir com retenções, ajuste anual e renda mínima, respeitadas as regras de transição.

Ajuste anual: retenção não é tributação definitiva. Haverá encontro de contas na DIRPF do ano seguinte, com abatimento do que foi antecipado.

Como o PL não altera as alíquotas da tabela, o debate recai sobre o mecanismo do redutor e o piso no topo. Há quem critique “degraus” ao redor do fim do desconto; por outro lado, a tabela escalonada continua operando e o redutor é uma política de alívio com escopo definido. Em termos constitucionais, a proposta conversa com capacidade contributiva e isonomia, reforçando a progressividade efetiva ao impedir que rendas muito altas fiquem com carga inferior à de faixas médias.

Checklist imediato: mapeie rendas de 2025 (salários, pró-labore, dividendos, doações, ganhos); se houver lucros de 2025, delibere e documente a distribuição até 31/12/2025 com cronograma 2026–2028; revise contratos/estatutos para identificar o órgão competente e a necessidade de registro; ajuste folha para 2026 e simule o impacto no IRRF. Planeje a DIRPF considerando o desconto simplificado e a interação com a renda mínima e prepare dossiê para remessas ao exterior se aplicável.

Visão do Direito



Gabriela Alves

Advogada da área cível do Diamantino Advogados Associados tributário, escritório Veloso de Melo

Herança digital deve seguir rito dos bens materiais

A tecnologia alterou a forma como as pessoas se relacionam, armazenam informações e constituem patrimônio. Fotos, contratos, moedas virtuais, senhas e perfis em redes sociais passaram a integrar o acervo das pessoas, criando um desafio ao direito sucessório: o tratamento jurídico dos bens digitais.

Recentemente, o STJ enfrentou o tema: a herdeira solicitou o acesso aos dados nos dispositivos eletrônicos da mãe, sustentando que poderiam existir informações patrimoniais relevantes nos iPads e iCloud.

Com a negativa do juízo de primeiro grau em oficiar a Apple, a controvérsia chegou à 3ª Turma do STJ, que entendeu que o acesso aos bens digitais depende de um incidente processual específico de identificação, classificação e avaliação de bens digitais.

O fundamento adotado pela maioria aponta

para a necessidade de preservar a intimidade e os direitos da personalidade do falecido e de terceiros. Diante da ausência de previsão legal e da complexidade técnica do tema, o incidente funcionaria como um instrumento para equilibrar o direito à herança com a proteção da esfera privada e a atuação de um “inventariante digital”. Nomeado pelo juiz, o profissional deveria identificar e relatar os bens digitais, cabendo ao magistrado decidir quais seriam transmissíveis.

Embora a posição do colegiado busque oferecer segurança jurídica, o entendimento traz preocupações legítimas. O voto divergente, do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, propõe uma leitura mais próxima aos princípios do direito civil, especialmente o da sucessão universal previsto no artigo 1.784 do Código Civil.

Segundo o ministro, condicionar o acesso dos herdeiros a um incidente processual autônomo cria uma barreira desnecessária,

burocratiza o inventário e afronta a lógica da transmissão imediata da herança. Afinal, se o patrimônio físico é transmitido aos sucessores, não haveria razão jurídica para tratar os bens digitais de forma distinta.

O argumento de que o acesso poderia violar a intimidade não justifica um regime processual especial. A proteção à privacidade já é assegurada pelo segredo de justiça e pelos institutos do abuso de direito e da responsabilidade civil. Caso um herdeiro exceda seus limites, o ordenamento dispõe de meios adequados para coibir e reparar tais condutas.

O voto vencido ainda ressalta um ponto fundamental: os herdeiros são os mais legitimados a gerir e filtrar o acervo digital do falecido. São eles que possuem o vínculo familiar, o interesse na preservação da memória e o dever de respeito à intimidade do ente querido. Transferir essa atribuição a um terceiro significa afastar o núcleo

familiar de um papel que lhe é naturalmente atribuído pelo direito das sucessões.

A criação de um incidente processual para tratar dos bens digitais corre o risco de transformar o inventário em um procedimento desconectado da realidade, infringindo os princípios da cooperação e da celeridade. O direito, por essência, deve adaptar-se às transformações sociais sem se perder em formalismos.

A solução mais equilibrada é aquela defendida no voto divergente: os bens digitais devem seguir a regra geral da sucessão universal, sendo transmitidos aos herdeiros da mesma forma que os bens materiais. O juízo do inventário poderá, caso necessário, instaurar incidente apenas para fins de identificação e avaliação, sem impor uma nova figura processual. Essa interpretação preserva a coerência do sistema, evita entraves desnecessários e reafirma que o direito deve servir à vida — e não o contrário.